

Fazendas já conseguem reduzir as emissões de metano no Brasil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Leon Ferrari

Após pressão dos Estados Unidos, o Brasil assinou acordo que prevê reduzir as emissões de metano em 30% até 2030, na Conferência do Clima (COP-26). Por aqui, buscar um corte dessa escala exige adaptar a pecuária, com técnicas que permitam melhor manejo dos rebanhos. Entre as estratégias que já funcionam em fazendas do Brasil, estão biodigestores e integração de sistemas produtivos.

No País, 71,85% das emissões de metano vêm da agropecuária, segundo dados do Sistema de Estimativa de Emissões de Remoções de Gases de Efeito Estufa. O relatório apontou que a "fermentação entérica" (arroto do boi) é responsável por quase dois terços (65%) de todas as emissões. A maior parte, 96,9%, é proveniente de rebanhos de bovinos de corte e de produção de leite, o que inclui também o manejo dos dejetos dos animais.

"Na pecuária, não há um furo no meu gasoduto que possa consertar. A fermentação entérica não é um gás que se possa impedir de ser emitido, é um processo que evoluiu com os animais", diz o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (**Embrapa**) Pecuária Sudeste, Alexandre Berndt. Ele aponta que a mitigação de metano se dá por meio de tecnologias que atacam em três pilares: aperfeiçoamento da dieta dos animais, alterando diretamente o processo químico no rúmen; mais eficiência na produção (intensificação sustentável), que reduz o tempo para que o boi seja terminado; e compensação, pelo sequestro de carbono.

Um método que propicia mais eficiência, atacando principalmente o segundo pilar, aponta o técnico, é o de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), que mistura ao menos dois desses sistemas produtivos em uma mesma propriedade. Conforme explica Berndt, a maior produtividade está ligada ao melhor manejo do pastejo e adubação das lavouras. Ele é utilizado há mais de dez anos na Fazenda Santa Silvéria, na região de Bauru, no interior paulista.

Além de 37% de sua área ocupada por reserva nativa, a propriedade parceira da **Embrapa** integra a lavoura de soja à pecuária de corte, conforme conta o gerente da fazenda, Fulvio Domenek. A Santa Silvéria tem cerca de 1.300 hectares de terra, com cerca de 1.800 cabeças de gado.

"O principal benefício do sistema integrado foi o aumento da arroba (sistema de pesagem do boi) produzido por hectare no ano. Porque se entrega uma melhor fertilidade do solo", diz o médico veterinário. "Com uma maior produção de volumoso, diminui-se a necessidade de suplementação por ração. O gado se desenvolve com pasto, principalmente, e o ciclo de produção, no caso de engordar, ficou mais rápido."

Domenek conta que o gado do tipo Bonsmara, produzido ali, em dois anos já está fora da fazenda, como touro ou carne. Queiroz indica que o tempo médio de abate no Brasil é de 36 meses. Menos tempo no pasto significa menos fermentação entérica.

O técnico da **Embrapa** destaca, porém, que os maiores ganhos do ILPF estão na redução da emissão de dióxido de carbono (CO₂). "Nos nossos sistemas, da Pecuária Sudeste, temos um sequestro de carbono muito significativo, a ponto de conseguir além de neutralizar as emissões, restar um saldo positivo", declara.

Utilizando os dejetos do gado, em Rondônia, o projeto Energias Renováveis da Amazônia (ERA), do Centro de Estudos Rioterra, busca mitigar os impactos climáticos e melhorar a qualidade de vida no campo. Para isso, desde 2017, foram instalados 28 kits biodigestores em fazendas de produção leiteira das cidades de Itapuã do Oeste, Cujubim e Rio Crespo.

A instalação do equipamento nas fazendas não é completamente gratuita, mas o custo é acessível, conforme explica Alexandre Queiroz, biólogo e coordenador de Educação da Rioterra. Com financiamento da Misereor, fundação da Igreja Católica alemã, os agricultores precisam arcar apenas com 20% do valor do equipamento - um montante que gira em torno de R\$ 800, que pode ser pago em 12 vezes - mais a mão de obra para instalar o biodigestor.

O equipamento permite fazer a gestão de resíduos da propriedade. Acrescidos de água, o esterco do gado e resto de alimentos são transformados em biogás e adubo. A mitigação da emissão de gases estufa, principalmente, do metano, se dá pelo uso do esterco que, quando fresco e a céu aberto, ao decompor-se, libera o poluente, explica Queiroz.

"Utilizamos, em nosso projeto, um biodigestor com um tamanho de 2m³ que produz em média 21,6 m³ de biogás ao mês, o que equivale ao menos a uma botija de gás de cozinha (GLP)", estima Queiroz. "Ao todo, com os 28 biodigestores, em três anos, já evitamos a emissão de 10.7 toneladas de CO₂ e 6.1 toneladas de CH₄."

Ao mesmo tempo, o biodigestor permite a geração de renda para a família, que economiza na compra de botijões de gás de cozinha e fermento químico - uma economia mensal de R\$220, nos cálculos de Queiroz. Os produtos são substituídos, respectivamente, pelo biogás e pelo biofertilizante gerados com o manejo de resíduos da pecuária da propriedade no equipamento.

A iniciativa também ajuda as famílias a reduzirem o uso do fogão à lenha. "Existe a problemática da saúde da mulher no campo, que têm uma maior incidência de problemas pulmonares devido à inalação de fumaça", diz Queiroz. O biólogo afirma que, na região amazônica, elas, na maior parte das vezes, são responsáveis pela produção do

alimento da família, ficando mais expostas ao risco. Além de aumentar a qualidade de vida no campo, ao diminuir a queima de madeira, o biogás ajuda também a reduzir a emissão de dióxido de carbono (CO₂).

"É muito simples implementar essa iniciativa em qualquer lugar do País", avalia Queiroz. O biólogo aponta que também é possível utilizar esterco de suíno nos biodigestores, a preferência pelo de origem bovina no projeto ERA têm mais a ver com a cultura produtiva da região de abrangência.

Assuntos e Palavras-Chave: Matérias com Citação da Embrapa - Embrapa, Embrapa Pecuária Sudeste